

EM AÇÃO POR UM FUTURO MELHOR

Carta Aberta ao ME

Dia Mundial do Professor

vacinação no EPE e Ensino Superior

Campanha teletrabalho

Consultas sobre o ano letivo Educativo

Prioridade na vacinação

Apoio

Dia Mundial do Pessoal de Apoio

Portaria de rácios de ND

Campanha educação de qualidade

Concurso por um Planeta mais verde

Avanços no CCT

Ciclos de webinários

Revisão regime concursos



EDITORIAL**P.3** SOMOS TODOS ESSENCIAIS!**AÇÃO SINDICAL****P.4 À P.8** FNE CONSIDEROU AÇÃO DO ME NO ANO LETIVO 2020-2021 "SEM RASGO NEM AMBIÇÃO"**P.9** ENTREVISTA DA SECRETÁRIA DE ESTADO ABRIU ESPAÇOS DE NEGOCIAÇÃO PARA OS CONCURSOS DE DOCENTES**P.10, P.11** FNE DEFENDE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**P.12** FNE ANALISOU ESTRATÉGIAS PARA O NOVO ANO LETIVO**CONSULTA****P.13, P.14** A FINALIZAR O ANO, O EXCESSO DE TRABALHO CONSTITUI UMA DAS MAIS FORTES PREOCUPAÇÕES**ENTREVISTA****P.15 À P.17** LUÍS RIBEIRO: "A CONSTITUIÇÃO GARANTE QUE TODOS TÊM DIREITO A EDUCAÇÃO E NÓS ESTAMOS A EXCLUIR OS 0-3 ANOS"**NA MINHA OPINIÃO****P.18** DE QUE ESCOLA PRECISAMOS**WEBINÁRIO****P.19** CARTAZ CICLO DE WEBINÁRIOS COM DIRIGENTES SINDICAIS EUROPEUS**P.20, P.21** MARIBEL LORANCA IRUESTE, DA UGT – ESPANHA: "OS SINDICATOS SÃO PRECISOS, SÓ OS GOVERNOS NÃO CHEGA"**P.22, P.23** PROFESSORES DA BULGÁRIA PARTILHAM DESAFIOS COM A FNE**P.24, P.25** CHRISTER HOLMLUND, DO OAJ - FINLÂNDIA: "PARA NÓS, A GREVE NÃO É SOLUÇÃO»**P.26** CARTAZ EDUSUMMIT 2021**P.27** FNE, UAberta E AFJET ORGANIZAM EDUSUMMIT A 1, 2 E 3 DE OUTUBRO**NÃO DOCENTES****P.28, P.29** BEM-ESTAR E FELICIDADE ORGANIZACIONAL, UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO**SAÚDE****P.30, P.31** O NOVO QUADRO ESTRATÉGICO PARA A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO 2021-2027**LEGISLAÇÃO****P.32 À P.34** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE JUNHO A 25 DE JULHO DE 2021**+VANTAGENS FNE****P.35** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

JULHO 2021

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *

Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



SOMOS TODOS ESSENCIAIS!

Ao terminarmos o ano letivo de 2020/2021, temos a consciência de que, apesar das muito difíceis e exigentes condições em que ele se desenvolveu, só com o empenho, a dedicação e o profissionalismo de todos os profissionais do setor da Educação, é que foi possível garantir as respostas educativas adequadas às necessidades dos nossos alunos e desta forma contribuir para que o sistema educativo cumprisse as suas responsabilidades.

Só com elas e eles, com o seu empenho e a sua disponibilidade é que foi possível que as escolas se mantivessem em contacto com os seus alunos, mesmo quando foi imprescindível voltar a interromper as atividades letivas presenciais, e depois garantindo que a atividade presencial pudesse ser mantida em condições de segurança. Foi necessário responder à emergência provocada pela pandemia, a uma sucessão de situações totalmente novas, numa alternância de ensino presencial e à distância, exigindo uma grande disponibilidade para soluções flexíveis, e procurando sempre nunca deixar nenhum aluno para trás, criando condições para que todos pudessem continuar a aprender com sucesso.

Sem qualquer preparação, sem manual de instruções, sem formação, sem qualquer referencial anterior, foi preciso inovar, foi preciso adaptar, foi preciso experimentar, foi preciso corrigir, foi preciso voltar a tentar. Mas o que esteve sempre presente foi a dedicação e o profissionalismo.

As escolas tiveram de se ir reorganizando e as planificações tiveram de ser adaptadas para as muitas situações em que os alunos se foram distribuindo e desmultiplicando, por causa de infeções, das quarentenas, das dificuldades de acesso ao regime de ensino a distância.

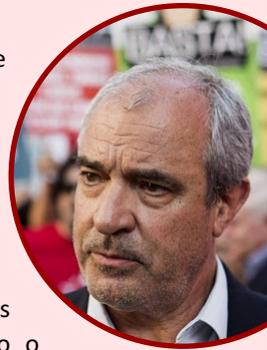
Ninguém ignora que tudo isto se traduziu em muito trabalho, numa intensidade que nunca pôde ser interrompida ou diminuída, e que se traduz, no final deste ano, num muito elevado nível de exaustão como nunca se tinha atingido. Aliás, a consulta que a FNE lançou nos últimos dias do mês de junho foi muito clara em relação à

consciência do crescimento que houve no tempo de trabalho e nas atividades que foi necessário alocar às responsabilidades profissionais: 60% dos cerca de 1200 respondentes manifestaram como uma das suas preocupações profissionais mais fortes neste momento o excesso de trabalho. Aliás, já na consulta que tínhamos lançado através do site durante o mês de junho sobre a perceção do crescimento da quantidade de trabalho ao longo do último ano, se verificou que mais de 75% afirmou que ela cresceu significativamente.

A FNE, por seu turno, por si e através dos seus Sindicatos, promoveu sistematicamente o acompanhamento e o apoio a todos os profissionais, e interveio junto do Governo, para apresentar propostas e soluções.

Estivemos na primeira linha da exigência da prioridade para vacinação de todos os que trabalham em educação, propusemos medidas legislativas para a adaptação das condições de realização da avaliação de desempenho e da observação de aulas, propusemos medidas de apoio para a concretização do ensino a distância, para as adaptações a introduzir na organização do tempo de trabalho docente, propusemos a revisão da Portaria de rácios e a abertura de mais lugares para docentes e não docentes, para a determinação da criação de lugares por Agrupamento de Escolas de Assistentes Técnicos para as Tecnologias. Em vários destes aspetos, pudemos assegurar o desenvolvimento de soluções mais justas, equilibradas e de resposta às necessidades.

O que se pode concluir, ao finalizarmos este ano letivo, é que, mais uma vez, os profissionais da Educação – docentes e não docentes – e a FNE com os seus Sindicatos, não só cumprimos, como nos afirmámos essenciais em tempos de emergência.



João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral

FNE CONSIDEROU AÇÃO DO ME NO ANO LETIVO 2020-2021 “SEM RASGO NEM AMBIÇÃO”

Em conferência de imprensa, realizada a 29 de julho de 2021, a FNE deixou palavras de elogio ao trabalho dos profissionais da educação durante o ano letivo que agora terminou, mas deixou também críticas a um Ministério da Educação (ME) que considerou “*sem rasgo, nem ambição*” e ao Instituto Camões que continua a ignorar a realidade dos docentes do Ensino do Português no Estrangeiro (EPE).

DESAFIOS DO ANO LETIVO SÓ FORAM SUPERADOS COM A MOBILIZAÇÃO DE TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, neste encontro para balanço do ano letivo 2020/2021 e para apresentação dos contributos para o próximo ano escolar, começou por considerar que a FNE tem “a consciência de que, apesar das muito difíceis e exigentes condições em que ele se desenvolveu, só com o empenho, a dedicação e o profissionalismo de todos os profissionais do setor da Educação, é que foi possível garantir as respostas educativas adequadas às necessidades dos nossos alunos e desta forma contribuir para que o sistema educativo cumprisse as suas responsabilidades”.

Mas o SG da FNE lembrou que tudo aconteceu sem que da parte do Ministério da Educação se tivesse registado uma qualquer ação concreta de valorização destes profissionais que ultrapassasse a mera retórica de declarações sem consequências.

A disponibilidade e empenho de todos os profissionais da Educação foi o que tornou possível “mesmo quando foi imprescindível voltar a interromper as atividades letivas presenciais, garantir que a atividade presencial pudesse ser mantida em condições de seguran-

ça, sendo que essa carga de trabalho teve como consequência um muito elevado nível de exaustão como nunca se tinha atingido”, afirmou o dirigente da FNE, deixando a garantia que a FNE e os seus Sindicatos tudo fizeram ao longo do ano, intervindo junto do Governo apresentando propostas e soluções e acompanhando todos os profissionais da educação.

Foram vários os temas em que a FNE interveio ao longo deste ano letivo, tais como as exigências da vacinação para a educação e posteriormente para o ensino superior e EPE; a apresentação de medidas legislativas para a adaptação das condições de realização da avaliação de desempenho e da observação de aulas; propostas com medidas de apoio para a concretização do ensino a distância e para o reforço da autonomia das escolas e também a revisão da Portaria de rácios e a abertura de mais lugares para docentes e não docentes, para a determinação da criação de lugares por Agrupamento de Escolas de Assistentes Técnicos para as Tecnologias.

Segundo João Dias da Silva “os profissionais da Educação – docentes e não docentes – e a FNE com os seus Sindicatos não só fomos essenciais para que o sistema educativo funcionasse, como cumprimos! com determinação e até excedemos as nossas responsabilidades”.





UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SEM RASGO NEM AMBIÇÃO

Já relativamente à (in)ação do Governo durante todo este ano letivo, a FNE deixou o recado de que mais uma vez "continuou a revelar-se incapaz de enfrentar os problemas de há muito identificados por organismos nacionais, como o Conselho Nacional de Educação, e internacionais, como a OCDE. Continuam afastadas das preocupações do Ministério da Educação as questões da atratividade da profissão docente, do seu envelhecimento e do necessário rejuvenescimento, da melhoria das condições de exercício profissional e da preservação do bem-estar de todos os profissionais da Educação".

João Dias da Silva juntou a esta crítica uma outra em que acusa a tutela "que num momento tão complicado como este da pandemia, tem-se limitado a uma ação reativa na maior parte das vezes escondido por detrás das orientações de outros, como é o caso da Direção-Geral de Saúde, ou impulsionado pela Assembleia da República, como foi o caso da revisão do regime de concursos, da realização de exames para melhoria de nota, do lançamento de concursos para vinculação extraordinária de docentes das componentes técnico-artísticas do ensino artístico especializado para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, ou

finalmente, com muitos e significativos atrasos, ainda que disfarçados pela sucessão de anúncios repetidos da mesma medida, como é o caso da atribuição de computadores a docentes, escolas e alunos".

Em termos de intervenção pública, a FNE aponta o dedo ao Ministério da Educação dizendo que "tem-se quase limitado à ordem pedagógica, com medidas em relação às quais a FNE entende manifestar a sua preocupação, pelo facto de estarem a ser definidas através de canais geridos exclusivamente pelos serviços centrais que dele dependem, sem que se promova um diálogo alargado e que envolva mecanismos independentes de debate que permita o envolvimento dos docentes fora dos circuitos hierárquicos".

Foi ainda sublinhada por João Dias da Silva "a necessidade de que, a nível do desenvolvimento do currículo, se promovam as orientações básicas essenciais de rigor e coerência, respeitando inteiramente o espaço para o exercício profissional de uma autonomia pedagógica flexível, ajustada aos contextos e a cada aluno em particular, sem definições centralizadas de ordem normativa, e que se evitem ou eliminem todas as circunstâncias que possam ser entendidas como abaixamento dos níveis de exigência para a progressão escolar".

João Dias da Silva acusou a tutela "que num momento tão complicado como este da pandemia, tem-se limitado a uma ação reativa na maior parte das vezes escondido por detrás das orientações de outros, como a DGS".

AÇÃO REIVINDICATIVA DA FNE PARA O PRIMEIRO PERÍODO LETIVO

A FNE considera que o Ministério da Educação não pode querer esgotar as suas responsabilidades na já anunciada negociação do regime de concursos de docentes. É sua obrigação assumir, quer a existência de outras realidades para as quais se impõem medidas legislativas de intervenção, quer o envolvimento da FNE em processos de diálogo e concertação para a respetiva negociação.

Para a FNE, o calendário negocial futuro urgente deve integrar as seguintes dimensões:

• Revisão do regime de concursos de docentes

Como a FNE tem vindo a reivindicar desde há muito tempo, torna-se necessário proceder a uma revisão da legislação de concursos, feita com as seguintes orientações:

- Respeito pela graduação profissional e eliminação de ultrapassagens;

- Vinculação de docentes contratados mais célere e sistemática;

- Inclusão dos horários incompletos para efeitos de mobilidade interna;

- Alteração dos intervalos horários, eliminando as situações inferiores a 16 horas;

- Preservação do mecanismo de mobilidade por doença;

- Promoção de mecanismos de mobilidade inter Grupos de Recrutamento, com o reconhecimento de acréscimos de formação já obtidos ou a obter, procurando soluções de carácter urgente para garantir o reforço dos Grupos de Recrutamento mais débeis em termos de capacidade de resposta às necessidades imediatas do sistema educativo;

- Inclusão nos processos concursais dos docentes do EPE, com direitos e prioridades idênticas àqueles que exercem em território nacional.

Para a FNE, o calendário negocial futuro urgente deve integrar várias dimensões.



- Estabelecimento de medidas de correção à formação inicial de docentes

A FNE propõe que se proceda ao estabelecimento de medidas de correção à formação inicial de docentes e às condições de entrada em carreira:

- definindo condições para que no âmbito do 2º ciclo de formação inicial (Mestrado) haja uma forte componente de iniciação à prática profissional, com as adequadas compensações para os docentes cooperantes;

- promovendo formações adequadas para recrutar pessoas que não tiveram a docência como primeira saída profissional, e também para recuperar docentes com ou sem experiência profissional docente anterior que tenham entretanto procurado outras saídas profissionais.

- estabelecendo a determinação das condições de realização de um período de indução com a duração de um ano letivo, com o apoio de docentes com experiência e formação adequada.

- Determinação de orientações de respeito pelos limites do tempo de trabalho

A FNE tem um historial de trabalho no sentido de que sejam respeitados os limites do tempo de trabalho e de que sejam eliminadas as tarefas burocráticas que lhes são atribuídas sistematicamente, e tantas vezes em horários que claramente conflituam com o tempo de vida pessoal e familiar que deve ser respeitado.

É por este motivo que se considera essencial que se prova a correção e clarificação dos conteúdos e duração das componentes letiva e não letiva de trabalho docente, para o que a FNE apresentará um documento de trabalho.

É urgente e imprescindível, em nome do respeito pelos profissionais da Educação, que se respeitem condições que garantam a conciliação da vida profissional com a vida pessoal.

É também necessário garantir a definição de condições de promoção da saúde e do bem-estar destes profissionais.

- Construção da atratividade da profissão docente e o seu rejuvenescimento

O Ministério da Educação não pode recusar a realidade que se traduz na verificação de que a carreira docente está limitada, sem incentivos nem reconhecimento social, fazendo com que seja claramente incapaz de atrair os jovens que são indispensáveis à renovação do corpo docente e que evite abandonos precoces.

É neste contexto que se entende indispensável a revisão de:

- regime remuneratório;

- regime de avaliação de desempenho,

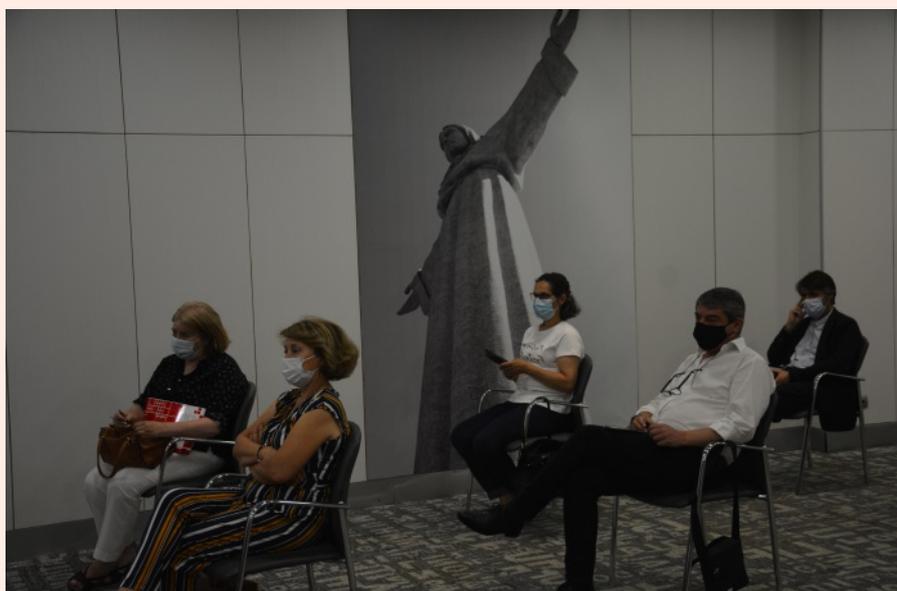
Para além de ter de ser promovida a estabilidade, através da plena dotação dos quadros de escola com os docentes indispensáveis ao seu funcionamento regular e de um enquadramento adequado para o trabalho desenvolvido em AEC;

- mecanismos de desenvolvimento da carreira, sem barreiras administrativas;

- consideração do especial desgaste físico e psicológico associado à profissão;

- conclusão da recuperação integral do tempo de serviço congelado e dos tempos perdidos nos processos de transição de carreira;

O Ministério da Educação não pode recusar a realidade que se traduz na verificação de que a carreira docente está limitada, sem incentivos nem reconhecimento social.





EPE - UM INSTITUTO CAMÕES ALHEIO À REALIDADE

Após mais um ano de ensino à distância, que no caso da Alemanha se iniciou em meados de novembro, tendo-se prolongado até ao final do ano letivo, devido ao facto de a maioria dos estabelecimentos escolares ter recusado ceder salas para as aulas de Português alegando risco extra de contágio, o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, optou por ignorar essa situação, não tendo havido quaisquer tentativas de compensar os professores por continuarem a utilizar os seus próprios recursos tecnológicos ou de tentar que as atividades letivas fossem mais atraentes para os alunos.

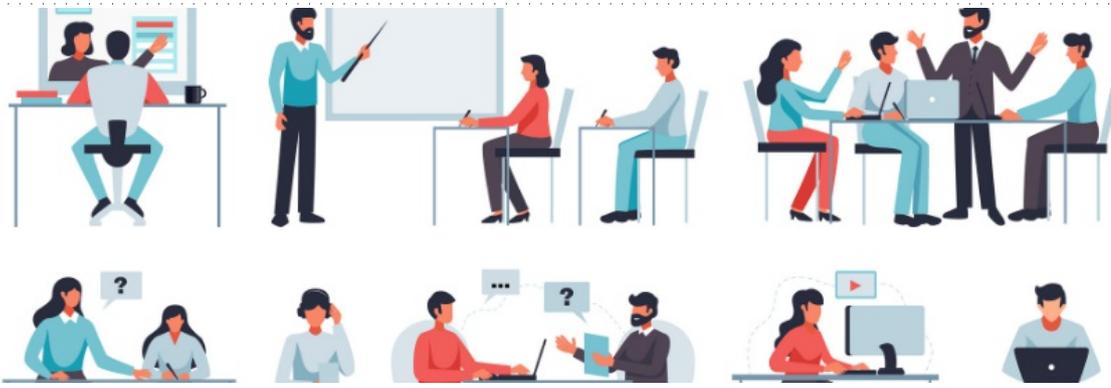
Este foi mais um ano letivo em que, como sublinhou a FNE, os docentes do EPE continuaram a ser alvo de propaganda das duas editoras envolvidas no processo, com manuais de Português Língua Estrangeira e cursos de formação de professores da mesma vertente, sendo que muitas das ditas “ofertas”, aspas intencionais, eram sujeitas a pagamento, acrescentando ainda que com turmas cada vez mais heterogéneas, comportando usualmente alunos do 1º até 4º ou 5º ano de escolaridade, lecionados conjuntamente, continua a não existir seja o que for que auxilie os docentes a lidar com uma situação extremamente difícil, desmotivante tanto para o professor como para os alunos e que de modo algum pode-

rá ser solucionada adotando apenas a vertente do Português Língua Estrangeira, a única que a atual tutela preconiza e reconhece.

Apesar de todas estas dificuldades e de um ensino que está cada vez mais longe de ter um mínimo de qualidade, o Instituto Camões continuou a insistir na cobrança da propina nos cursos frequentados por uma maioria de alunos portugueses e lusodescendentes, mantendo a gratuidade e relativa qualidade naqueles frequentados por uma maioria de alunos estrangeiros, especialmente em França e em Espanha, não admirando por isso, segundo a FNE, que o próximo ano letivo se vá iniciar com menos alunos tanto no ensino paralelo, aquele a pagamento, como no integrado no horário, de carácter gratuito, facto que irá causar forte aumento no número de horários incompletos, que serão cerca de 20, com um reduzido número de horas letivas semanais, entre 11 e 12 na maioria.

Todas estas questões vão contribuir para mais precariedade num sistema já de si extremamente precário, pois que os docentes do EPE não podem vincular nesse sistema, dado a inexistência de Quadro, sendo também difícil conseguir vincular em Portugal, pois apenas podem ser opositores aos concursos nacionais em 2ª prioridade, assumiu a FNE.

Todas estas questões vão contribuir para mais precariedade num sistema já de si extremamente precário, pois que os docentes do EPE não podem vincular nesse sistema, dado a inexistência de Quadro.



ENTREVISTA DA SECRETÁRIA DE ESTADO ABRIU ESPAÇOS DE NEGOCIAÇÃO PARA OS CONCURSOS DE DOCENTES

A Secretária de Estado da Educação, Inês Ramires, numa entrevista concedida ao jornal “Público”, a 2 de julho de 2021, revelou de que forma o Governo quer alterar a colocação dos professores assim como os estágios. Quanto à contratação direta pelas escolas, reafirmou que esta só avançará em situações muito específicas.

A intenção da tutela é que, após completar três anos de contratos a tempo inteiro, os docentes entrem de forma direta no quadro da escola, situação que para a qual a FNE mostra abertura, tal como em relação à possibilidade de docentes estagiários darem aulas a uma turma.

Mas a FNE lamentou que estas intenções não tivessem sido demonstradas na reunião de 30 de junho, considerando que não é desta forma que se valorizam as organizações sindicais.

Ainda assim, a FNE defendu que existem várias situações a acautelar na negociação que terá de se seguir neste processo, tais como as remunerações para os docentes estagiários ou a inexistência de ultrapassagens em concursos e relembra que no encontro desta semana, também levantou a questão da formação inicial. Para a FNE, importa acautelar que o trabalho dos professores estagiários seja remunerado, bem como, por exemplo, que reduções da componente letiva sejam atribuídas aos supervisores.

O que a FNE vem a defender é, que na teoria, a entrada em carreira se faça através de um período

de indução de dois anos letivos em que o professor tem turmas atribuídas e é acompanhado por professores com mais experiência, sendo esta uma possibilidade a ser trabalhada no futuro, correspondendo às várias preocupações já apontadas pela FNE ao governo.

A medida pensada de se trabalhar no sentido de que a iniciação à prática pedagógica seja feita através da atribuição de turmas e com o acompanhamento e supervisão de professores com experiência, para a FNE, é algo que corresponde ao que temos vindo a apresentar. E isto significa alterações no mecanismo de formação inicial, assim como da necessidade de encontrar soluções de organização da distribuição do serviço docente para que na escola passe a incluir-se a integração de turmas a professores estagiários.

A FNE considerou ainda que a questão do acesso ao quadro de escola pode ser considerada e que a matéria relativa à contratação direta por escolas merece reservas e cautelas da nossa parte, pois mantemos a posição relativamente à colocação que deve continuar a ser feita a nível central e com base na lista graduada nacional pois esta é uma solução certamente com defeitos, mas que é para a FNE e para os professores a que dá mais garantia de transparência, dá confiança, dá segurança, e dá sentido de justiça, impedindo a introdução no mecanismo de recrutamento de professores fatores que criem desconfiança, insegurança, incerteza e, sobretudo, espaço para falta de transparência nesse recrutamento.

A FNE lamentou que estas intenções não tivessem sido demonstradas na reunião de 30 de junho, considerando que não é desta forma que se valorizam as organizações sindicais.

FNE DEFENDE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



A FNE participou na audição pública promovida pela Assembleia da República sobre "O Garante da Aprendizagem de Crianças e Jovens Portadores de Deficiência, Assente nos Pilares: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer e Aprender a Ser", que decorreu no dia 23 de junho de 2021, entre as 10 e as 13h00. A delegação da FNE foi constituída por Fátima Carvalho, Elisabete Moreira e Paula Martins, do Grupo de Trabalho de Educação Inclusiva (GTEI) da FNE.

Os deputados Firmino Marques, Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto (CECJD) e António Cunha, Coordenador do GTEI da CECJD, ouviram as representantes da FNE considerar que a Educação deve ser uma prioridade, sendo essencial apostar num sistema educativo inclusivo e solidário, que garanta a igualdade de oportunidades para todos.

Portugal percorreu um longo caminho na inclusão educativa, até à publicação do Decreto-Lei (DL) n.º 54/2018, de 6 de julho, hoje considerado inovador em termos internacionais, mas que continua a trazer grandes desafios aos profissionais da educação, no âmbito do seu próprio processo de implementação no terreno. O DL da Educação Inclusiva impõe um modelo multinível na educação inclusiva e na educação para todos, com três tipos de necessidades: necessidades comuns ou gerais (com uma prevenção primária),

necessidades distintas (prevenção secundária) e necessidades únicas (prevenção terciária). Deste modo, integra um contínuo de necessidades, desde as universais, seletivas e adicionais – consoante as necessidades de cada aluno.

Com base nos resultados da Consulta Nacional de Educação Inclusiva de 2019, a FNE lembrou nesta audição que desde sempre chamou a atenção para algumas das fragilidades daquele DL, nomeadamente ao não considerar suficientemente quer a diferença, quer a afetação de recursos necessária para uma implementação com uma verdadeira equidade. A pandemia deixou a todos evidente que a escola pública constitui a estrutura social com melhores condições para atenuar as desigualdades socioeconómicas, pelo que se impõe um investimento capaz por parte da tutela.

Entre vários constrangimentos, a pandemia trouxe a inevitabilidade do recurso à modalidade do Ensino a Distância, o qual acabou por colocar em causa o paradigma de Educação Inclusiva que se vinha construindo, desde a publicação do DL 54/2018, e deixando patente o acentuar das desigualdades, no sentido que deixou mais desamparadas as crianças e jovens mais fragilizadas, das quais a FNE destacou as crianças com necessidades educativas especiais, nomeadamente com deficiência.

É essencial apostar num sistema educativo inclusivo e solidário que garanta a igualdade de oportunidades para todos.

Neste plano, a FNE sublinhou três questões que devem ser cumpridas, o mais breve possível, na Educação Inclusiva em Portugal:

- A garantia de parte do Ministério da Educação, Escola e Comunidades dos recursos organizacionais necessários que decorrem das exigências da aplicação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva;
- Os recursos humanos imprescindíveis nas escolas e agrupamentos de escolas (docentes de educação especial, psicólogos, técnicos especializados, assistentes operacionais), de modo que as respostas educativas previstas sejam asseguradas;
- A urgência em ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos docentes no processo de inclusão do aluno com deficiência na sala de aula.

A FNE recordou ainda no Parlamento que se o Plano de Recuperação das Aprendizagens é fundamental em termos de investimentos futuros, estes alunos têm que ser tratados como uma prioridade enquanto público-alvo e que há necessariamente que haver um enfoque especial nos alunos com necessidades educativas, sejam elas no âmbito das medidas universais, seletivas ou adicionais. É preciso dar mais a quem mais precisa, pois isso sim chama-se equidade, chama-se inclusão – defendeu a FNE.

A finalizar, a FNE reforçou a urgência de serem cumpridas as propostas por ela já apresentadas anteriormente para alunos com necessidades educativas e que importa sempre reconsiderar, tais como:

- reduzir a carga burocrática do diploma, melhorando assim a sua funcionalidade;
- referir, no corpo de texto da Lei, a obrigatoriedade de turmas reduzidas, de modo que fique assegurado que tal situação fique sempre prevista e não dependa de diplomas, cujas condições são revistas anualmente;
- aumentar a alocação de técnicos às escolas para suporte às famílias, nomeadamente psicólogos;
- reforçar o número de professores e técnicos que permitam minorar as lacunas que as contingências dos últimos anos letivos deixaram nos alunos mais vulneráveis;
- reforçar o número de assistentes operacionais;
- garantir a formação contínua adequada a docentes e não docentes;
- atribuir mais horas ao diretor de turma para acompanhamento dos alunos;
- dotar as escolas com equipamentos pedagógicos e terapêuticos em quantidade suficiente para serem usados em simultâneo por docentes;
- garantir que algum deste material possa ser emprestado aos alunos para utilização no seu domicílio, garantindo o reforço/consolidação de aprendizagens (computadores, softwares, material terapêutico).

Para a FNE, a Educação Inclusiva não poderá estar alheia a uma valorização dos próprios profissionais da Educação, que inclua, como é óbvio, a melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

A FNE reforçou a exigência de um maior investimento na educação, de garantia dos recursos necessários, de formação dos profissionais e à sua valorização para que verdadeiramente passemos da teoria à prática em matéria de educação inclusiva.



FNE ANALISOU ESTRATÉGIAS PARA O NOVO ANO LETIVO

A FNE reuniu em modo de videoconferência o Secretariado Nacional (16 julho) e o Conselho Geral (17 julho) para realizar o balanço sobre o ano letivo que agora terminou e definir a estratégia de ação sindical para 2021-2022.

O Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, realizou no Secretariado Nacional uma análise global dos vários processos em curso e da situação político-sindical, deixando elogios à excelência do trabalho sindical desenvolvido pelos sindicatos da Federação e também por todos os profissionais da educação naquele que foi mais um ano vivido em pandemia e com as dificuldades que tudo isso acarretou.

Depois partiu-se para uma discussão sobre as ações a levar a cabo já em setembro próximo, a que se seguiu um debate com participação dos secretários-nacionais presentes.

Um dos temas em debate foram as conclusões dos resultados da Consulta Nacional realizada entre 28 de junho e 4 de julho e que teve 1295 respostas, mas também foi discutido um documento sobre organização do tempo de trabalho docente com a FNE a assinalar a

necessidade de que o trabalho docente se concentre no desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, para o que se torna essencial que se respeitem os tempos indispensáveis de planificação e de avaliação.

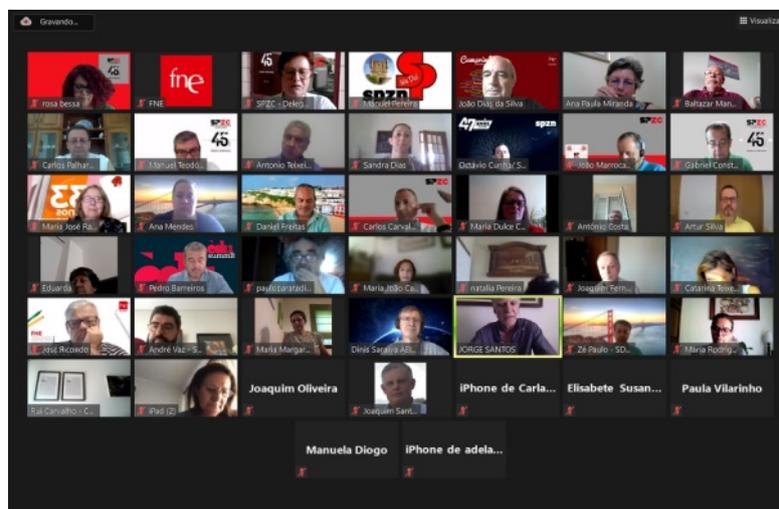
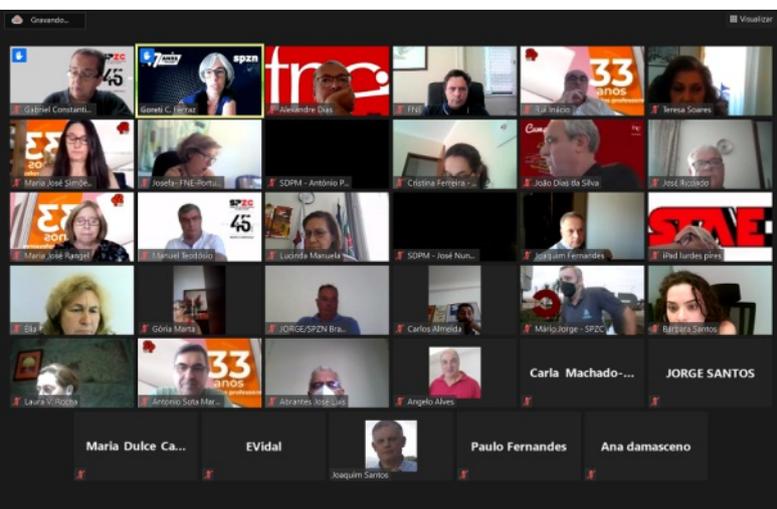
A questão da revisão do regime de recrutamento de docentes também esteve na conversa, assim como a calendarização das atividades que a FNE vai desenvolver em 21/22.

CONSELHO GERAL REUNIU NO DIA SEGUINTE

A 17 julho de 2021 reuniu o Conselho Geral da FNE com o SG, João Dias da Silva, a fazer a apreciação político-sindical desde a última reunião do CG de março deste ano.

O estabelecimento das prioridades reivindicativas para o primeiro período no ano letivo de 2021/22 assim como os resultados da Consulta Nacional sobre a forma como decorreu o ano letivo, o tempo de trabalho docente e apontamentos sobre a revisão do regime de recrutamento de docentes foram documentos também analisados na reunião deste órgão da FNE.

Um dos temas em debate foram as conclusões dos resultados da Consulta Nacional realizada entre 28 de junho e 4 de julho e que teve 1295 respostas.



A FINALIZAR O ANO, O EXCESSO DE TRABALHO CONSTITUI UMA DAS MAIS FORTES PREOCUPAÇÕES

60% dos profissionais da Educação assinalam o excesso de trabalho como uma das suas mais fortes preocupações.

Esta é uma das conclusões da consulta que a FNE realizou entre 28 de junho e 4 de julho e que teve 1295 respondentes.

Com efeito, chamados a escolher três das maiores preocupações com a sua atividade profissional, 60,3% referem o excesso de trabalho, e 52,9% assinalam a saúde mental e o seu bem-estar, o que obviamente está associado ao registo anterior. O comportamento dos alunos e a avaliação de desempenho constituem as fontes de preocupação que são depois assinaladas pelos respondentes.

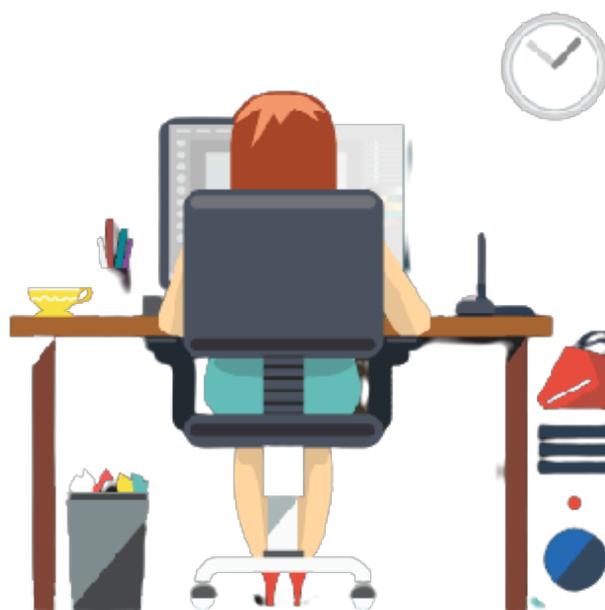
A este propósito, importa assinalar que no decurso do mês de junho esteve no site da FNE uma pergunta sobre a apreciação da quantidade de trabalho a que estes profissionais da Educação foram chamados ao longo do último ano, e 75% dos participantes – cerca de 600 – responderam que aumentou significativamente.

Deste modo, ambas as consultas são consistentes e deixam uma clara denúncia sobre a excessiva carga de trabalho que hoje recai sobre os educadores e professores portugueses.

As respostas apontaram, entre outras, para o excesso de trabalho burocrático, traduzido em solicitações constantes – através de email –, como um fator perturbador para as condições de preparação de atividades letivas, conduzindo à exaustão.

AS CONDIÇÕES PARA APOIO AOS ALUNOS QUANDO FOI RETOMADO O ENSINO PRESENCIAL

A consulta que decorreu entre 28 de junho e 4 de julho debruçou-se também sobre as condições de que os educadores e professores dispuseram para acompanharem os alunos desde que se retomou a atividade letiva presencial, sendo que 70,9% dos inquiridos afirmou que as suas escolas definiram planos de intervenção pedagógica nesta situação e com vista à promoção do sucesso educativo. Mas um quarto dos participantes (24,8%) disse que a escola não teve condições para concretizar os seus planos de intervenção, e 36,6% afirma mesmo que não teve acesso aos apoios de que precisou para o trabalho que quis desenvolver com os seus alunos, sendo que 33,2% sublinha mesmo que não teve acesso aos recursos digitais de que precisou para o trabalho docente.





Estes resultados constituem um contributo precioso para a consistência do trabalho de ação reivindicativa que a FNE tem de desenvolver.

ACESSO A FORMAÇÃO CONTÍNUA

Outra área sensível sobre a qual a FNE quis conhecer a opinião dos docentes portugueses era a do acesso a formação de capacitação digital, ao longo do último semestre, e 61,3% respondeu que não frequentou e 27,9% afirma mesmo que teve de pagar formação durante o tempo de pandemia, e 34,2% escolheu ofertas de formação contínua da sua escolha, e independentemente das ofertas formativas do seu Centro de Formação.

RESPEITO PELAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA

Em relação ao cumprimento das normas de segurança nas escolas desde que se retomou a atividade letiva presencial, 58,2% dos respondentes assinalaram que os alunos não cumpriram todas as regras de segurança dentro das escolas, especificando particularmente o distanciamento físico e o uso da máscara fora da sala de aula. Ainda a este nível, as respostas identificavam a partilha de objetos, as aglomerações nos intervalos e também por ocasião das entradas e saídas do recinto escolar como situações concretas de incumprimento das normas estabelecidas.

RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS

Esta consulta permitiu ainda concluir que os educadores e professores portugueses assinalaram que, em 16,3% houve uma melhoria da relação entre as Famílias e os professores ao longo do último semestre – que incluiu o tempo de interrupção da atividade letiva, desde janeiro deste ano.

CONDIÇÕES PARA O TRABALHO COLABORATIVO

Mas importa finalmente referir que 24,6% dos educadores e professores portugueses assinalaram que pioraram as condições para a realização de trabalho colaborativo entre docentes, desde que se retomou a atividade letiva presencial. Obviamente que estes resultados constituem um contributo precioso para a consistência do trabalho de ação reivindicativa que a FNE tem de desenvolver.

Esta foi a última consulta online que a FNE promoveu neste ano letivo para acompanhamento da situação nas nossas escolas, nas quais estiveram envolvidos, no total, mais de 4000 profissionais.

No próximo ano letivo, e já em novembro, vai ser lançada uma nova consulta sobre as condições de abertura do novo ano.

LUÍS RIBEIRO: «A CONSTITUIÇÃO GARANTE QUE TODOS TÊM DIREITO A EDUCAÇÃO E NÓS ESTAMOS A EXCLUIR OS 0-3 ANOS»

Na segunda parte da conversa do Jornal FNE com Luís Ribeiro, Presidente da APEI (Associação de Profissionais de Educação de Infância) procurámos perceber em que ponto está a Educação de Infância (EI) em Portugal e quais as principais medidas a adotar no futuro.

JORNAL FNE (JF) - OS DADOS DO ME APONTAM PARA UMA TAXA DE FEMINIDADE DE 99% NO PRÉ-ESCOLAR. CONSIDERA HAVER UM PROBLEMA DE GÉNERO NA EI EM PORTUGAL? COMO ULTRAPASSÁ-LO?

Luís Ribeiro (LR) - Efetivamente, há, e isto tem a ver com as representações sociais, com os estereótipos do papel dos homens e das mulheres na educação e na sociedade. Sabe, fui dos primeiros homens a ser formado em EI em Portugal, em 1985, com outro homem, pois entrámos os dois ao mesmo tempo no curso, algo muito curioso. E aquilo que nós esperávamos - devo ter sido o 3º homem educador de infância homem a ser formado em Portugal, o primeiro foi o Pedro Nunes da Silva que tem a particularidade de ter um diploma de Educadora de Infância, porque nem sequer havia a previsão dos homens terem a profissão - era que 30 anos depois teríamos mais homens na profissão. Somos cento e poucos apenas.

Para mim há várias razões: uma delas é por durante muitos anos não ser uma profissão valorizada socialmente, mas felizmente essa percepção social mudou, principalmente depois da Lei Quadro do Governo de António Guterres, que apostou muito na educação pré-escolar e neste momento não há ninguém que não entenda no sistema educativo a importância desta educação para o desenvolvimento do ser humano e sucesso educativo. A verdade é que durante muitos anos nunca foi bem paga, apesar de quem estar na rede pública com estatuto de docente ter dado um salto, mas temos mais de metade da oferta do pré-escolar que é feita na

rede privada e solidária. Temos 55% na rede pública e 45% na rede privada e solidária. E depois também há muito estereótipo ligado ao género. Nos países do sul da Europa o papel tradicional da mulher no acompanhamento dos filhos ainda é muito marcado. A nossa revolução de mentalidades é um processo ainda muito recente. Por isso é normal que muitos homens não olhem para a profissão como atrativa. De qualquer forma quando olhamos para a história, a tendência em Portugal é que será uma situação que se vai ultrapassar naturalmente, até pelo debate que existe e a partir do momento em que a profissão seja mais valorizada vai ter mais procura por parte de homens.



JF - A OFERTA DE UMA EI DE QUALIDADE É UMA REIVINDICAÇÃO DA FNE. NUMA ESCALA DE 1 A 10 EM QUE PONTO NOS ENCONTRAMOS EM PORTUGAL?

LR - Diria num 7. Nós temos um problema grande que é a formação inicial. Desde 1997 a nossa formação teve um paradoxo. Por um lado, subiu um nível de qualificação porque passou a ser mestrado, mas por outro lado são cursos de educação básica e têm um problema porque perdem o foco. É muito diferente um educador de infância formar-se para trabalhar com crianças dos 0-6 anos, sendo que é muito diferente trabalhar com outras dos 0-3 ou dos 0-10, principalmente quando sabemos que as práticas educativas são diferentes do 1º ciclo escolar para o pré-escolar.

Por isso, para nós, os cursos de educação básica não vieram trazer melhorias à formação inicial de educadores. Era preferível haver uma formação básica nos 0-6 anos e depois sim uma especialização no 0-3 ou 3-6 do que uma formação com espectro tão alargado que só vai trazer problemas no terreno. E as redes também têm problemas porque a colocação dos profissionais não é compatível com esta formação. Não é aceitável que um educador vá com as crianças dos 3 anos até aos 10 anos. Qualquer situação em que se dá essa continuidade é algo sem reflexo com o terreno.

JF - NUM RELATÓRIO ESPECÍFICO DA OCDE DE 2012 SOBRE PORTUGAL, AQUELA ORGANIZAÇÃO APONTAVA CINCO ALAVANCAS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS, QUE PODERIAM PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA DE QUALIDADE:

1 – ESTABELECEMETAS E REGULAMENTAÇÃO DE QUALIDADE; 2 – DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE CURRÍCULO E DE PADRÕES; 3 – MELHORAR AS QUALIFICAÇÕES, A FORMAÇÃO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO; 4 – ENVOLVER AS FAMÍLIAS E AS COMUNIDADES; 5 – DESENVOLVIMENTO DE DADOS, PESQUISA E MONITORIZAÇÃO DE DADOS.

QUAL É A SUA OPINIÃO SOBRE CADA UM DELES?

LR - São ainda atuais, sim. No pré-escolar existe tudo o que referiu. Temos orientações curriculares, há elementos curriculares de apoio à EI na operacionalização do currículo, há monitorização de dados e documentos de apoios ao trabalho articulado com famílias, a qualificação já existe. Por isso o referencial de qualidade no

pré-escolar já existe e todas essas alavancas existem. Onde temos de fazer quase tudo é no 0-3 anos. É preciso olhar com uma política para os 0-6 anos e não como agora que temos uma para os 0-3 que é social e uma para os 3-6 que é social e educativa. Fizemos uma série de propostas ao Secretário de Estado Adjunto da Educação, o Professor João Costa, que passam mesmo por aí: temos de ter orientações curriculares para os 0-3 anos; uma rede que dê respostas diversificadas em função das características do território, pois não podemos ter creches em todo o lado, devido ao facto de ter um modelo económico que é impossível sustentar, pois precisamos ter 20/30 crianças para ser sustentável e várias zonas não as têm; temos de ter um modelo de qualidade nos 0-3 anos, porque não existe. Por isso aí é que temos de investir tudo. E temos um problema que é a A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) não permite mestrados nos 0-3 anos que é outra coisa incrível. Como não faz parte do sistema educativo os educadores de infância não podem ter especialização em creche ou 0-3 anos. Aquilo que fazem é ter uma pós-graduação em creche. Mas nos 0-3 é preciso fazer tudo de raiz.

JF - E EM QUE PONTO ESTAMOS QUANDO O TEMA É DIVERSIDADE, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO?

LR - Esse é o problema de não termos uma rede pública de 0-3 anos. No pré-escolar está garantido com rede pública, semiprivada e a exclusivamente privada, mas nos 0-3 anos só temos privada ou semiprivada. Não temos pública e aquilo que nós sabemos é que as famílias mais fragilizadas são quem mais necessita de resposta de qualidade. Sabemos que a família é fundamental do ponto de vista escolar e há um dado muito curioso que diz que da totalidade de alunos retidos, cerca de 80% são de famílias desfavorecidas e por isso percebemos que a escola tem de servir de alavanca social. Não tendo resposta nos 0-3 anos na rede pública estamos a excluir muitas famílias de acesso à educação e isso tem impactos significativos porque depois recorrem a amas ilegais ou legalizadas que não oferecem as mesmas respostas de qualidade. Há aí uma exclusão e por isso incluímos na nossa petição, na defesa que fizemos na comissão parlamentar, é que não se está a respeitar a constituição pois esta garante que todos tem direito a educação e nós estamos a excluir os 0-3 anos à educação.

"Sabemos que a família é fundamental do ponto de vista escolar e há um dado muito curioso que diz que da totalidade de alunos retidos, cerca de 80% são de famílias desfavorecidas e por isso percebemos que a escola tem de servir de alavanca social".



Associação
de Profissionais
de Educação de Infância



**"Independen-
temen-
te do resul-
tado da
petição,
nós volta-
remos à
carga com o
Professor
João Costa
para se
criarem
orientações
pedagógi-
cas para o
0-3 anos e
que este-
jam articu-
ladas com
as do pré-
escolar".**

JF - VÊ COMO POSSÍVEL O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM CURRÍCULO INTEGRADO DOS 0 AOS 6 ANOS DE IDADE EM PORTUGAL?

LR - Completamente. Apesar do resultado da petição está no programa do Governo a criação de orientações curriculares para os 0-3 anos. Independentemente do resultado da petição, nós voltaremos à carga com o prof João Costa para se criarem orientações pedagógicas para o 0-3 anos e que estejam articuladas com as do pré-escolar, de forma que se olhe globalmente para a EI e não com as coisas segmentadas. Acho perfeitamente possível ser feito em Portugal e temos nomes mais que qualificados para o fazer como a professora Sara Araújo, da Escola Superior de Educação do Porto e a Professora Isabel Lopes da Silva, que foi quem criou as atuais orientações curriculares para a educação pré-escolar, pessoas competentes para elaborar um documento dessa natureza. E essa medida pode ser tomada já.

JF - A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA ESTÁ ADAPTADA AOS DESAFIOS QUE NOS CERCAM?

LR - Não está adaptada pelas razões que já indiquei atrás e porque nós temos um problema: houve uma diferença significativa quando a formação inicial passou das escolas do magistério primário para as universidades, porque no primário o curso tinha uma forte componente pedagógica e era dada por educadores de infância que tinham trabalhado no terreno. Havia um olhar integrador sobre a formação inicial. As diferentes disciplinas eram integradas numa perspetiva global. Quando passou para universidades imperou a visão disciplinar em que a visão agregadora se perdeu. Por isso é necessá-

rio voltar a ter componente pedagógica de estágio que seja qualificadora, porque tínhamos um ano de estágio, no meu tempo e isso habilitava-nos muito. Quando entrávamos no mercado de trabalho tínhamos mais conhecimento. E neste momento o tempo de estágio é muito reduzido e a formação de espectro larguíssimo. Portanto é uma das coisas que achamos ser fundamental alterar no panorama da formação inicial.

JF - NAS CONDIÇÕES POLÍTICAS ATUAIS, NOMEIE TRÊS MEDIDAS QUE CONSIDERA ESSENCIAIS PARA AUMENTAR A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE DOS 0 AOS 6 ANOS EM PORTUGAL?

LR - Primeiro, a alteração da Lei de Bases criando um quadro base de referência que permita pensar numa política para a educação dos 0-6 anos; a segunda medida que consideramos muito importante nesta fase seria a orientação pedagógica para os 0-6 anos, para dar um quadro pedagógico de referência e que tem a ver com a formação inicial, mais centrada nos 0-6 anos, com possibilidade de especialização nos 0-3 ou 3-6 e isso é algo que consideramos fundamental para alterar o panorama da EI nos próximos anos em Portugal.

**Tiago Soares
Jornal FNE**



DE QUE ESCOLA PRECISAMOS

Não sei se o título que escolhi reflete o pensamento que lhe subjaz. Na verdade, mais evidente do que a escola de que precisamos é a escola de que não precisamos, ou por outro, a que mecanismos de ingerência legal se dedicaram os sucessivos governos, contribuindo dessa forma para o entorpecimento e a adiposidade das nossas escolas.

É pública a deambulação esquizofrénica dos diversos governos por modelos, ou sistemas educativos, que ora se apresentam mais liberais, ora se apresentam mais conservadores, numa espécie de experiencialismo saloio, onde as escolas se transformam em laboratórios e os nossos alunos e professores em cobaias de mão.

O Ministério da Educação ao longo das últimas décadas sempre esteve impregnado de um espírito legislativo incontido, ou incontínente, procurando obter pela quantidade o que quase sempre escasseou em qualidade, deixando as escolas e o sucesso educativo exclusivamente dependentes do brio e da competência dos seus profissionais.

É neste vetor legal que se concentram alguns dos principais problemas da escola atual, certos de que a virtude, neste particular, oscilará algures entre a ausência e o excesso, entre o nada e o tudo.

Sob o manto das mais diversas e auspiciosas teorias foi-se consolidando nas nossas escolas, por imposição externa, uma teia burocrático-legal intransponível e castradora do pensamento e da liberdade individuais. Pro-

cura-se, burocratizando, fiscalizar, uniformizar e formatar.

Sobre tudo isto se dirá, sob a insustentável leveza do pensamento decisor, que *“menos é mais”*.

Por ora, em contexto pandémico, e serpenteando entre o imaterial e o tangível, os docentes utilizando os seus próprios recursos impediram o colapso do sistema educativo em condições ímpares de laboração, tudo sob a observação longínqua e paternalista do ME, portanto *“A oeste nada de novo”*.

Servirá a pandemia e as suas consequências para repensar o sistema educativo? A pandemia é um problema conjuntural que, porém, colocou a nu alguns dos graves problemas estruturais da educação.

Alimentamos, esperançosamente, a expectativa de que venha a estimular transformações, nomeadamente recentrando o fulcro da atividade docente ao essencial, ainda que conscientes de que tal não sucederá pela mera verificação deste fenómeno, mas pela alteração do paradigma educativo. É essencial libertar a educação e a escola da obsessão do controlo estatal construindo um projeto de longo prazo, livre de amarras.

António Pinho
Presidente do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira (SDPM)



A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória

Ciclo de Webinários Internacional  

JUN a JUL 2021 | 17h00 às 18h00  



www.fne.pt



SINDICATOS EUROPEUS RESPONDEM AOS DESAFIOS DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

11 JUNHO



Victor Agüera

Responsável pela Negociação
Nacional do NASUWT



1 JULHO



PhD Yanka Takeva

Presidente do
SEB



24 JUNHO



Maribel Loranca Irueste

Secretária de Educação Pública
da UGT-ESP Serviços Públicos



15 JULHO



Christer Holmlund

Diretor Relações
Internacionais do OAJ



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



aFieT

CANAL • WWW.CANAL4.PT

webinário

MARIBEL LORANCA IRUESTE, DA UGT – ESPANHA: “OS SINDICATOS SÃO PRECISOS, SÓ OS GOVERNOS NÃO CHEGA”



"Somos de países diferentes, mas partilhamos muitos dos problemas na educação". Foi desta forma que Maribel Loranca Irueste, Secretária de Educação Pública da UGT-Serviços Públicos de Espanha, começou por partilhar a sua experiência sindical com Joaquim Santos e com os participantes deste segundo webinar da FNE-AFIET-Canal4 em torno do tema "Sindicatos europeus respondem aos desafios da qualidade na educação".

Após uma breve nota introdutória sobre a história da UGT Espanha, sindicato mais antigo do país vizinho, Maribel começou a desencantar as várias situações que afligem educadores, professores e trabalhadores da educação em Espanha, num setor que vive entre as diretivas do Governo central espanhol e a autonomia de cada uma das 17 Comunidades Autónomas, mais as de duas cidades autónomas, no caso de Ceuta e de Melilla.

Deste modo, o sindicalismo da educação em Espanha joga-se num tabuleiro mais complexo do que o português, uma vez que os Governos de cada Comunidade Autónoma são quem tem mais competências para gerir o universo dos professores. "Existem políticas comuns, mas também políticas regionais, uma situação que provoca diferenças", sublinha Maribel Loranca. "O Governo central possui um órgão de coordenação entre governos das Comunidades, mas

nem todas as decisões passam por aí. A autonomia curricular e o ensino obrigatório são competências centrais. Mas a pluralidade existe sempre e origina grandes desafios nas negociações".

Tal como aconteceu em Portugal, a austeridade de 2010 a 2012 prejudicou a qualidade do sistema de ensino e as condições laborais. Maribel Loranca explica que em Espanha a escola é um serviço público, mas ainda há uma parte do ensino que é gerida pela Igreja Católica. Em números "posso afirmar que em Espanha, no ano letivo 2019/2020, havia 8 milhões e 276 mil alunos no ensino público, faltando ainda incluir, entre outros, os alunos do ensino especial, artístico ou do desporto".

QUEREMOS UM ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE

A precariedade na educação é outra grande contrariedade que a UGT Serviços Públicos enfrenta no sistema educativo espanhol: "Muitos docentes e não docentes trabalham sem vínculo laboral, uma situação que estamos permanentemente a denunciar. E depois temos o envelhecimento da profissão. A maior parte dos professores em Espanha tem mais de 40 anos", nota Maribel Loranca. Outros desafios sindicais passam por melhorar a condição laboral e o recrutamento de docentes, "pois utilizamos o mesmo sistema que é usado desde meados do século XX".

"Posso afirmar que em Espanha, no ano letivo 2019/2020, havia 8 milhões e 276 mil alunos no ensino público, faltando ainda incluir, entre outros, os alunos do ensino especial, artístico ou do desporto".



Mas há muito mais que mudar na educação espanhola. Maribel Loranca sublinha a importância de repensar as competências dos docentes do século XXI, melhorar a formação contínua e atrair os jovens para a profissão: "Nós em parte apoiamos a nova lei do Governo para modernizar o sistema de ensino. Esta lei, que tem dois meses, inclui um compromisso de negociação do governo com os sindicatos. Mas também precisamos de melhorias na formação contínua, incentivos para atrair jovens para a profissão, assim como melhorar a avaliação e criar condições para uma valorização da carreira docente".

Uma grande pretensão sindical em Espanha foi uma grande vitória da FNE em Portugal. Falamos da criação de um Estatuto da Carreira Docente (ECD), "que em Espanha os governos não mostram abertura para negociar". Maribel Loranca acrescenta que "ainda não conseguimos um ECD e também não temos visto de parte da tutela um maior investimento para dignificar a profissão". Por outro lado, "em Espanha existe um grande problema para resolver, que é uma taxa de abandono escolar de 17%. Precisamos também de uma modernização na formação profissional, para que os conteúdos educativos façam com que os jovens se sintam mais atraídos pela escola".

Sobre os tempos de pandemia desde março de 2020, a oradora convidada lembrou que Espanha conseguiu algo que muito a orgulha: "É fantástico que 98% das escolas não fecharam. Os docentes e a nossa comunidade educativa são uns heróis. Mas estes tempos mostraram o quanto falta de investimento na educação, nomeadamente na contratação de recursos humanos. Foram contratados 40 mil professores na pandemia, mas para nós seriam precisos 70 mil". Sobre a existência de diálogo social no país vizinho, Maribel Loranca deixou bem explícito que "pouco ou nenhum existe", e que as medidas dos governos têm sido insuficientes, mas que "seria bom que o Governo levasse a bom porto esta Reforma Educativa que está a realizar".

Joaquim Santos lançou então à convidada algumas questões colocadas pelos participantes. A primeira relativa à sobrecarga de trabalho, de que os professores tanto se queixam em Portugal. Maribel Loranca assume que em Espanha acontece exatamente o mesmo: "Uma jornada média de trabalho semanal é de 37,5 horas semanais, tal qual os restantes funcionários públicos,

sendo que 30 destas horas são de permanência nos estabelecimentos escolares. A carga letiva no pré-escolar e 1º ciclo varia entre 23 e 25 horas. No ensino secundário entres 18 e 20 horas. Queremos dedicar-nos à docência e à individualidade de cada aluno. E isso só se consegue diminuindo a carga letiva, a carga burocrática, e com um reforço de pessoal administrativo, que nos ajude na nossa tarefa educativa. Para nós, esta é uma prioridade sindical".

REJUVENESCCER A PROFISSÃO DOCENTE

Em seguida, foi colocada uma questão relativa ao recrutamento de docentes em Espanha. Maribel Loranca esclarece que em Espanha cada Comunidade resolve a sua própria situação: "Cada Comunidade Autónoma tem o seu próprio sistema de recrutamento, existindo, porém, um quadro normativo comum. Mas há limitações. Por exemplo, um professor basco não pode concorrer para dar aulas na Galiza se não souber falar galego".

Para terminar, Joaquim Santos deixou uma pergunta e um desafio. A pergunta dirigiu-se à adequação da formação inicial a partir da influência da pandemia. O desafio teve que ver com a situação dos Trabalhadores Não Docentes. Maribel considerou que "a pandemia expôs a necessidade de os docentes terem formação contínua em novas tecnologias, com o sistema a ter de ser adaptado de forma que os centros de formação possam cumprir este objetivo". Relativamente aos Trabalhadores Não Docentes, a dirigente sindical lembrou que eles "são essenciais no funcionamento de um sistema educativo de qualidade. Mas os nossos desafios passam, acima de tudo, pela melhoria das condições de trabalho e salariais destes trabalhadores".

Em tom de fecho, o moderador questionou Maribel Loranca sobre o que fazer, a nível nacional e europeu, para atrair jovens para a profissão docente. A líder da UGT Serviços Públicos da Educação não hesitou: "Temos de lutar agora para conseguir melhores condições para os jovens que pretendam ingressar na profissão. Isso passa por reduzir o número de alunos por turma para melhorar a eficácia educativa, por uma maior inovação, por aumentar os contactos entre escola e famílias. E passa muito pela ação dos sindicatos. Para a educação melhorar, são precisos os sindicatos, pois só os governos não chega".



"É fundamental diminuir além da carga letiva, a carga burocrática, e fazer um reforço do pessoal administrativo, que nos ajude na nossa tarefa educativa. Para nós, esta é uma prioridade sindical".

Reveja aqui a intervenção de Maribel Loranca Irueste, convidada do ciclo de Webinários «Sindicatos europeus respondem aos desafios da qualidade na educação»



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt

PROFESSORES DA BULGÁRIA PARTILHAM DESAFIOS COM A FNE



Yanka Takeva, Presidente do Sindicato de Professores da Bulgária (SEB), foi a terceira oradora convidada do ciclo de webinários "Sindicatos europeus respondem aos desafios da qualidade na educação", organizado pela FNE, AFJET e Canal4. O SEB conta com cerca de 85 mil associados e, mesmo no contexto difícil da COVID-19, conseguiu obter importantes ganhos para os docentes búlgaros, incluindo medidas viradas para o rejuvenescimento da profissão.

Começando por deixar vários elogios ao trabalho sindical da FNE a nível europeu, Yanka Takeva passou em revista alguns dos maiores desafios e dificuldades dos educadores e professores no seu país, que sofre as consequências do abandono escolar e do flagelo do trabalho infantil, ambos avolumados pelas condições agrestes da pandemia.

Uma das formas do SEB melhorar as condições dos professores na Bulgária é através da sua rede de 258 (num total de 265) delegações municipais e das suas (acima de) quatro mil estruturas sindicais de apoio existentes em escolas, centros de educação de infância e de desenvolvimento pessoal. Yanka Takeva explicou ainda a organização do seu sindicato, que considerou uma peça importante responsável pelos ganhos obtidos.



COVID-19: NENHUM PROFESSOR FICOU ESQUECIDO

Num país de sete milhões de habitantes, o SEB aposta muito nos contratos coletivos de trabalho, de crucial relevo na transição totalitária para a democracia (em 1989), sublinhando Yanka Takeva que, ao contrário do que sucede na atualidade em Portugal, o "SEB é um sindicato vital para o desenvolvimento do país, o governo respeita a nossa posição e não existe nenhuma estrutura que não nos oiça".

Na verdade, desde o seu estabelecimento em 1990 como um sindicato independente, o SEB dominou e implementou a essência do verdadeiro sindicalismo democrático moderno e "mostrou que pode travar batalhas e implementar políticas para proteger os seus membros nas novas condições".

Não admira que o SEB tenha desempenhado um papel fundamental na educação durante estes tempos de pandemia pois, num esforço de integração, salvou muitos empregos no setor, impedindo a implementação de alterações regulamentares para reduzir o número de funcionários ou para aumentar o número de crianças e alunos por turma. Por outro lado, conseguiu concretizar a otimização da rede de escolas e jardins de infância que estava apenas a decorrer por motivos demográficos, logrou obter a diminuição da carga horária em todas as disciplinas e alcançou uma redução significativa na norma de professores portadores de deficiência.

O SEB conta com cerca de 85 mil associados e, mesmo no contexto difícil da COVID-19, conseguiu obter importantes ganhos para os docentes búlgaros, incluindo medidas viradas para o rejuvenescimento da profissão.

Num país com acentuadas dificuldades económicas, Yanka Takeva fala, com orgulho, que “a educação pública na Bulgária é muito boa”, assim como os professores que ela representa. Uma grande parte do sucesso advém de um sistema que funciona através de uma parceria social bipartida e tripartida, composta por três elementos: Ministério da Educação, sindicatos e empregadores. Para a implementação da parceria tripartida foi estabelecido um Conselho Setorial da Educação, repartido por oito unidades, que visam a melhoria das condições de trabalho dos professores, incluindo políticas salariais.

Em 1995, o SEB assinou o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) a nível nacional. Desde então, para o ensino médio é assinado um ACT a cada dois anos. O último foi assinado em 17 de agosto de 2020. O ACT garante os direitos dos professores sindicalizados. No corrente ano, o SEB tem mais de 130 convenções coletivas celebradas a nível municipal e mais de 1350 a nível de instituição de ensino.

Para Yanka Takeva, a pandemia trouxe muitos desafios sindicais, pedagógicos e de organização do sistema educativo e da escola. Durante a pandemia, o SEB criou modelos de trabalho remotos e nenhum professor ficou esquecido nas suas necessidades: “Inclusive alcançámos um acordo com o governo para aumentar em dez dias o tempo de férias dos docentes, sobretudo os que foram infetados. E ainda oferecemos assistência pedagógica aos pais para ajudarem os filhos que estudavam em casa. O SEB disponibilizou a professores material e locais para trabalhar no ensino remoto, numa ação conjunta com o Ministério da Saúde, para garantia das medidas de segurança necessárias”. Para além disso, criou o Fundo Sindical “Não estás sozinho na COVID-19”, com que beneficiou sócios infetados e financiou testes PCR aos seus membros.

A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR-TUTOR

A formação inicial e contínua é outra grande preocupação do SEB. Na Bulgária, as universidades são responsáveis pela formação dos professores, enquanto os sindicatos têm uma grande expressão no desenvolvimento contínuo dos profissionais: “No sentido de aumentar a qualificação dos especialistas pedagógicos, o SEB – enquanto entidade formadora - regista 31 programas de formação de professores no Ministério da Educação e Ciência. E para uma inserção bem-sucedida na profissão, criámos na Lei 15 o cargo de professor-mentor, que se tem mostrado

de grande utilidade para ajudarmos os professores mais jovens”.

Com os professores a rondar uma média de idade de 52 anos, o SEB tem procurado desenvolver políticas de rejuvenescimento e atratividade da profissão, procurando, em conjunto com as universidades, aumentar e integrar alunos nos cursos de formação inicial. Seguindo uma proposta feita pela FNE a nível europeu, o SEB desenvolveu várias organizações territoriais que beneficiam da criação de clubes próprios com professores, que fazem a ligação com os membros mais novos.

Yanka Takeva lembra que na pandemia aumentaram as agressões entre alunos nas escolas, sendo agora “fundamental fazermos uma campanha a nível europeu, pela Educação no Meio Familiar”. Na reta final, recordou a importância do trabalho da FNE ao nível da educação europeia, esperando que se mantenha um apoio bilateral, que “nos torna a todos mais fortes”. Uma grande preocupação permanece “a alfabetização e integração da comunidade cigana no contexto escolar”. Entre outras, uma das principais medidas que a educação na Bulgária ainda tem por cumprir.

Yanka Takeva é o rosto dos educadores e professores da Bulgária. Oriunda do Ensino Superior, detém vários prémios e condecorações, em homenagem às suas atividades sociais e públicas, incluindo a Medalha de Primeira Ordem St. Kiril i Metodii – a maior distinção na Bulgária. Em 2008 foi considerada Mulher do Ano em Educação, pelo American Biographical Institute, dos EUA.



«Durante a pandemia, alcançámos um acordo com o governo para aumentar em dez dias o tempo de férias dos docentes, sobretudo os que foram infetados».



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt

Reveja aqui a intervenção de Yanka Takeva,, convidada do ciclo de Webinários «Sindicatos europeus respondem aos desafios da qualidade na educação»

CHRISTER HOLMLUND, DO OAJ - FINLÂNDIA: «PARA NÓS, A GREVE NÃO É SOLUÇÃO»



Christer Holmlund, Diretor de Relações Internacionais do OAJ (Finlândia), foi o quarto e último convidado do ciclo de webinários com dirigentes sindicais da Europa "Sindicatos europeus respondem aos desafios da qualidade na educação", organizado pela FNE e pelo Canal4 da AFJET, que contou com moderação de Alexandre Dias (FNE/SPZN).

Professor durante 12 anos, Christer é dirigente do OAJ desde maio de 2020, seu Diretor de Relações Internacionais e também Secretário-Geral da Associação de Professores Nórdicos.

O OAJ é a única organização sindical finlandesa que protege os interesses dos profissionais do setor de educação, formação e pesquisa, desde a educação infantil até ao ensino superior e educação e formação de adultos.

Numa breve apresentação histórica sobre o seu sindicato, Christer deixou bem claro que a maior preocupação do OAJ é a proteção dos interesses dos seus 116.545 associados. Um número muito significativo, pois nove em cada dez professores na Finlândia são sindicalizados do OAJ.

Pertencer ao OAJ é muito importante para os professores finlandeses, que consideram que o seu impacto é muito maior quando estão juntos e unidos. Assim sendo, os objetivos e os interesses dos docentes em cada situação específica são definidos pelos membros do sindicato. A missão de todos é encontrar um terreno comum e um compromisso. É desta forma que eles acham que podem mudar o que precisa de ser mudado.

O OAJ divide-se em oito departamentos internos que abrangem todos os patamares de docentes, incluindo os professores de língua sueca, que representam 6% da população finlandesa que fala sueco.

Entre os oito departamentos, Christer destaca a presença de uma associação para estudantes, com mais de sete mil membros, algo que permite manter uma ligação muito importante entre os docentes mais novos e os docentes mais antigos.

Pertencer ao OAJ é muito importante para os professores finlandeses, que consideram que o seu impacto é maior quando estão juntos e unidos.



TUDO VIA NEGOCIAÇÃO

"Queremos que a Finlândia seja considerada a melhor do mundo em termos de educação", salientou Christer ao falar no âmbito de uma estratégia que a OAJ definiu há dois anos e que engloba novas visões de futuro, demonstrações de vantagens em ser membro, soluções para novos desafios e abertura à opinião de todos, algo que "valorizamos muito, pois gostamos de ouvir toda a gente e aproveitar o máximo de cada solicitação".

A certa altura Christer lançou para a mesa um dado curioso, que levantou, posteriormente, a curiosidade de alguns participantes: 1206 sócios do OAJ são oriundos de 88 países diferentes: "Todos estes professores estrangeiros trabalham tal e qual como os finlandeses. Não fazem nada de diferente".

Ao contrário do que acontece em Portugal, a profissão docente é muito popular e muito valorizada na Finlândia. Muitos jovens estudantes desejam e sonham vir a ser professores. Mas só os alunos com melhores resultados o conseguem.

Christer sublinha que "temos poucas escolas privadas, as autarquias gerem as escolas e existe muita confiança e plena autonomia". O facto de o OAJ ser um sindicato único faz com que o debate seja feito internamente, sendo que os salários e horários de trabalho são as únicas matérias tratadas em sede de negociação coletiva.

Foram muitas as vitórias sociais alcançadas pelo OAJ até agora, desde a sua fundação em 1973, com destaque para a garantia de salário nas férias, a existência de aconselhamento legal, a criação de supervisores para negociar localmente, reforçando-se a ideia de que "existe um bom diálogo social, muito produtivo com os governos.

Obviamente que nem sempre fazem o que dizemos, mas acima de tudo valorizam as nossas reivindicações e querem ouvir sempre a nossa voz".

Mas nem de só de coisas positivas vive o sistema educativo finlandês. Também há problemas com o aumento da burocracia e a falta de recursos

disponíveis nas escolas, algo que "estamos a tentar melhorar negociando com o governo". Membro do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e da IE – tal como a FNE –, o OAJ procura envolver os jovens nas suas ações, ouvindo-os e dando um papel de destaque às suas ideias para o futuro da educação daquele país nórdico.

A pandemia da COVID-19 também tomou de assalto o sistema educativo finlandês, que se encontra, segundo Christer "em recuperação desde a primavera". Foram tomadas várias decisões sobre o ensino a distância a nível regional e pedimos ao governo mais recursos. Conseguimos no outono bolsas de apoio à pandemia e financiamentos na ordem dos 150 milhões de euros. Já sobre a vacinação "temos lutado para que os professores sejam vacinados após os grupos de risco, mas essa batalha está por vencer".

No período final do webinar, o moderador Alexandre Dias lançou algumas perguntas dos participantes, tendo Christer salientado mais uma vez os benefícios de serem um sindicato único: "Existem divergências, claro, mas tentamos sempre buscar soluções convergentes". Sobre a elevada valorização da profissão docente, que contrasta com a situação portuguesa, o Diretor de Relações Internacionais do OAJ referiu que "é quase uma questão de tradição aqui. Não é pelos salários, é pela profissão em si".

A realidade paralela com o nosso contexto educativo viria logo de seguida: "Na Finlândia, não fazemos greves. A maior de sempre foi em 1984. E há uns anos atrás tivemos uma espécie de greve. Aqui alcançamos tudo pela negociação. A greve não ajuda nada. Para nós não é solução. A negociação sim. É ela que nos leva a alcançar os nossos objetivos".

O OAJ e os empregadores finlandeses foram convidados da FNE na Mesa Redonda do Projeto III do Diálogo Social Europeu da Educação do CSEE, que decorreu em 8 de maio de 2017, no Ateneu Comercial do Porto. Desde 2019 até hoje, o OAJ e a FNE representam o CSEE no "Projeto de Aprendizagem ao Longo da Vida para Todos: Parceiros Sociais na Educação, na promoção de um Ensino Profissional de qualidade e inclusivo".



"Aqui alcançamos tudo pela negociação. A greve não ajuda nada. Para nós não é solução. A negociação sim. É ela que nos leva a alcançar os nossos objetivos".

Reveja aqui a intervenção de Christer Holmlund, convidado do ciclo de Webinários «Sindicatos europeus respondem aos desafios da qualidade na educação»



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt

evento online

edu summit

1 2 3 out.
2021

***Inovar
Potenciar
Transformar
Pensar a Educação
no Pós-pandemia.***

Garanta já o seu lugar
www.edusummit.pt

FNE, UAberta E AFIET ORGANIZAM EDUSUMMIT A 1, 2 E 3 DE OUTUBRO



Num momento crucial para o sistema educativo, com a pandemia a funcionar como um "acelerador de futuro", a Edusummit vai permitir uma reflexão conjunta, entre vários 'atores' da educação e da sociedade em geral.

A Federação Nacional da Educação (FNE), a Universidade Aberta (UAberta) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) promovem nos dias 1, 2 e 3 de outubro de 2021 a primeira edição da **Edusummit**, que vai decorrer online sob o lema *Inovar, Potenciar, Transformar, Pensar a Educação no Pós-pandemia*.

Esta iniciativa inédita em Portugal vai contar com cerca de 50 oradores convidados, ligados a várias áreas e setores da sociedade portuguesa, reunindo investigadores, académicos, educadores e professores, diretores, projetos escolares, alunos e outros especialistas que, com o seu contributo e a sua reflexão no âmbito da educação no pós-pandemia, vão suscitar um debate alargado a uma multiplicidade de perspetivas.

Ao longo dos três dias vão estar em debate várias temáticas que se estendem desde o *Papel do Professor no Mundo em Transformação* às *Lideranças Educativas como Potenciadoras de Inovação ou a Transformação Digital e a Inovação*.

Mas também a forma como se deve *Pensar a Educação Fora da Escola, Pensar o Aluno como Construtor da sua Própria Aprendizagem e a Transformação, Diversidade e Inclusão em Educação* vão ser questões em aberto durante o evento.

Num momento crucial para o sistema educativo, com a pandemia a funcionar como um "acelerador de futuro", a Edusummit vai permitir uma reflexão conjunta, entre vários 'atores' da educação e da sociedade em geral, sobre questões que afetam o futuro do sistema e que se podem revelar determinantes na promoção do sucesso escolar para todos. A inscrição no evento é gratuita.

Inscriva-se e consulte todo o programa em:
<https://www.edusummit.pt/>

Siga a Edusummit em:
www.facebook.com/edusummit.pt

BEM-ESTAR E FELICIDADE ORGANIZACIONAL, UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

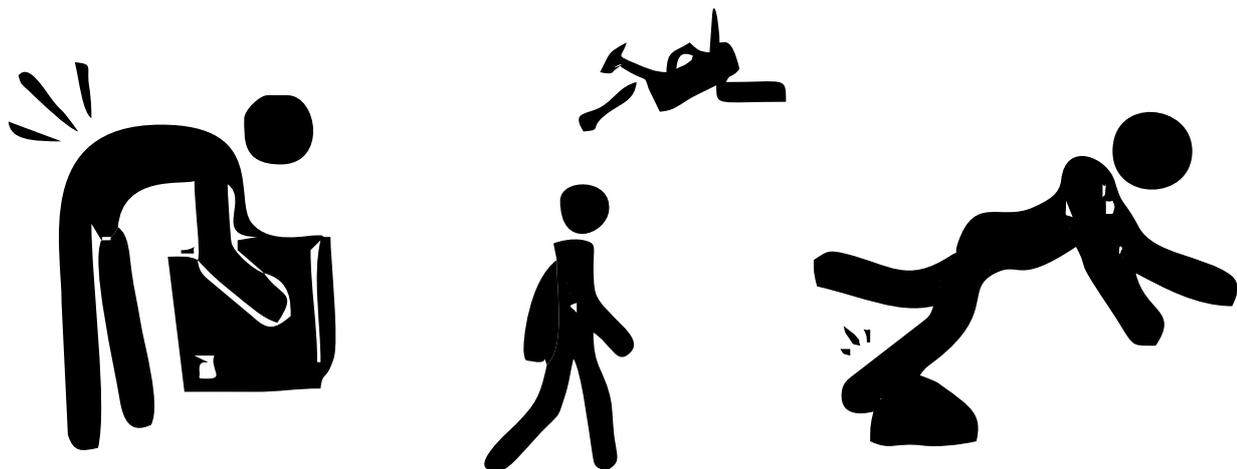
A regulamentação e negociação coletiva emergentes da saúde ocupacional, em torno dos fatores que promovem a existência de condições de bem-estar nos locais de trabalho e que permitam o desenvolvimento das atividades profissionais em segurança e sem impactos danosos na saúde dos trabalhadores, têm vindo sucessivamente a melhorar os ambientes laborais.

Contudo os resultados permanecem aquém do expectável, revelando mais a desaceleração progressiva do aumento do número de incidentes do que a sua efetiva diminuição. Segundo dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho, em 2019 verificaram-se 374 milhões de acidentes de trabalho no mundo, que geraram baixas de três ou mais dias. Na União Europeia acontecem 7600 mortes diárias por causas relacionadas com o trabalho, o que afasta qualquer dúvida sobre a possibilidade da existência de diferenças significativas, justificadas pelos níveis de desenvolvimento dos países.

Os efeitos devastadores que estes números anunciam impactam no indivíduo, cujo impedimento temporário ou definitivo no exercício da sua atividade laboral lhe criará desequilíbrios, desde logo refletidos na sua vida profissional, mas também nas dimensões familiar e pessoal das suas vivências, subitamente alteradas e condicionadas.

Também se refletem na empresa ou organização, interrompendo a cadência produtiva com a ausência do trabalhador, aumentando os custos com perdas daí derivadas e, frequentemente, com efeitos colaterais em outras organizações, subsidiárias ou dependentes do seu produto ou serviço. Perde, ainda, a comunidade no seu todo, com os custos assumidos pelo sistema de saúde com tratamentos, ou pelo sistema de segurança social, com as subvenções.

A eficácia dos planos de saúde ocupacional é melindrada pela sua relativa fragmentação: por vezes, ainda hoje, o sistema de prestação de saúde não integra adequadamente os cuidados de saúde mental com os cuidados de saúde físicos. Mas são, sobretudo, os desafios emergentes das novas economias e das novas formas de organização do trabalho e das relações laborais que criam novas perceções sobre o bem-estar organizacional e que apelam ao seu alinhamento com abordagens mais flexíveis e amplas, que enquadram os riscos físicos, mentais e sociais associados ao trabalho e ambiente em que este é exercido, mas também os estilos de vida que podem potenciar ou despoletar esses riscos e que interferem significativamente com o desempenho individual.



Nesta nova dinâmica, o foco passa a ser o bem-estar e a felicidade do indivíduo e não só a ausência de doença diretamente relacionada com o trabalho, compreendendo-se que o bem-estar e a felicidade no trabalho resultam da interação de um conjunto complexo de variáveis, presentes nos mais diversos ambientes que envolvem a vivência da pessoa e são derivados das respostas que esta produz em face das exigências dessa envolvente – o trabalho, os colegas, a liderança, a família, a vida pessoal, etc. O bem-estar e a felicidade organizacional constituem, assim, uma extensão do conceito de saúde ocupacional, que considera a generalidade de fatores que direta ou indiretamente interferem com a pessoa, dentro e fora do contexto de trabalho.

Paralelamente, a eficácia da negociação coletiva em matéria de bem-estar não pode, nem deve, permanecer alocada unicamente à concretização das medidas preconizadas na regulamentação, sob pena de não promover satisfatoriamente a salvaguarda dos direitos fundamentais de saúde e segurança no trabalho dos trabalhadores. As mudanças em curso têm propiciado a individualização crescente das relações laborais, diminuindo a capacidade da contratação coletiva para se fazer ouvir... e cumprir!

Deste modo, será preciso atender a objetivos muito mais abrangentes e ambiciosos do que aqueles decorrentes do cumprimento da legislação, e lançar um olhar sobre a segurança e saúde no trabalho não apenas sob o prisma do trabalhador, mas focado na Pessoa, compreendendo a relação intensa e permanente entre todas as dimensões da sua vida e focado no propósito de promover a criação de uma verdadeira cultura de bem-

estar e felicidade organizacional, ancorada no seu sistema de gestão e com uma estratégia assente mais na longevidade dos fatores de bem-estar do que na intensidade com que ocorrem.

Insistir no desenvolvimento de ambientes de trabalho em que, além das condições relativas à sobrevivência, o propósito organizacional se encontra bem definido e é reconhecido por todas as pessoas que neles laboram e onde estas podem expressar-se e atingir o seu potencial, ser reconhecidas e valorizadas, no respeito pela conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal, com lideranças genuínas e inspiradoras fomentando relações de qualidade e em que a segurança e a saúde são prevenidos numa cadeia sucessiva de responsabilidades de todos para com todos, poderá conduzir a melhores resultados do que aqueles que temos hoje.

Não há trabalhadores saudáveis em organizações doentes, nem organizações saudáveis com trabalhadores doentes. Os benefícios da implementação de bem-estar e felicidade organizacional são comuns e refletem-se em todas as partes interessadas, abrangendo cada um individualmente e as organizações presentes na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade global.

Cristina Ferreira

Presidente do STAAE Sul e RA

Maria Isabel Mendes

STAAE Sul e RA; Vice-Presidente da CT 219 – Bem-Estar e Felicidade Organizacional (APEE/ONS)

Não há trabalhadores saudáveis em organizações doentes, nem organizações saudáveis com trabalhadores doentes.



STAE
ZONA NORTE

STAE
ZONA CENTRO

STAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS



SOBRE

O NOVO QUADRO ESTRATÉGICO PARA A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO 2021-2027

A Comissão Europeia (CE) lançou, em 28 de junho deste ano, o seu novo **Quadro Estratégico para a Saúde e Segurança no Trabalho (SST) - OSHA 2021-2027**. O quadro identifica novas prioridades e ações para melhorar as condições de trabalho num contexto pós-pandémico. Em foco, o princípio dez do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que defende um ambiente de trabalho são, seguro e bem adaptado, nele incluindo a proteção dos dados dos trabalhadores. Como ponto mais negativo sobressai a ausência de uma iniciativa legislativa sobre a saúde mental e o bem-estar na Educação, que tanto abalou os educadores, professores e trabalhadores não docentes durante os períodos mais desafiantes da pandemia.

Embora deixando de fora medidas eficazes que combatam os riscos psicossociais na educação, o Quadro Estratégico da Comissão Europeia para a SST 2021-2027 define as principais prioridades e ações para melhorar a saúde e segurança dos trabalhadores, abordando as mudanças rápidas na economia, demografia e padrões de trabalho. As prioridades estratégicas do novo Quadro são

apresentadas numa abordagem tripartida (instituições da UE, Estados-Membros, parceiros sociais e outras partes interessadas) e centram-se em três vetores principais:

- 1 - Antecipar e gerir mudanças no contexto de transições verdes, digitais e demográficas;
- 2 - Melhorar a prevenção de acidentes e doenças em contexto laboral e adotar uma abordagem de Visão Zero para as mortes relacionadas com o trabalho (cerca de 200 mil por ano);
- 3 - Aumentar a preparação para se responder às crises de saúde atuais e futuras.

O sucesso deste quadro depende da sua implementação a nível da UE, a nível nacional, setorial e empresarial, sendo fundamental uma aplicação efetiva, o diálogo social, o financiamento, a sensibilização e a recolha de dados. Através da sua extensa rede de parceiros, a Agência Europeia para a SST (EU-OSHA) está bem posicionada para facilitar a ação, a cooperação e o intercâmbio, e cumprir as ambições do quadro.

Os estudos prospetivos e os projetos de visão geral da EU-OSHA visam antecipar riscos e identificar prioridades, para informar o desenvolvimento de práticas e políticas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), em áreas como a digitalização, empregos verdes, estresse e riscos psicossociais.

No âmbito do novo Quadro Estratégico, a CE compromete-se a apresentar uma série de iniciativas, incluindo: reconhecer até 2022 a COVID-19 como uma doença profissional; lançar uma “Campanha EU-OSHA - Locais de Trabalho Saudáveis 2023-2025”, com um enfoque particular nos riscos psicossociais e ergonómicos no trabalho; rever a Diretiva Locais de Trabalho e a Diretiva de Equipamentos Dotados de Visor até 2023, à luz do impacto da digitalização.

Outras iniciativas incluem a consciencialização sobre distúrbios musculoesqueléticos, saúde mental, assédio no local de trabalho e preconceito de género; o acompanhamento da resolução sobre o direito a desligar, aprovada pelo Parlamento Europeu; propor valores-limite para o amianto na Diretiva Amianto no Trabalho até 2022; e incentivar os parceiros sociais a encontrar soluções de comum acordo para os desafios que emergem da digitalização e do direito a desligar.

O novo Quadro Estratégico para a SST foi apresentado e discutido por peritos da EU-OSHA, representantes da CE e da Presidência eslovena, em cinco de julho de 2021. O Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e a FNE congratulam-se com aquela publicação, muito especialmente numa altura em que a saúde e segurança dos locais de trabalho na educação tem passado por fortes sobressaltos, perigos e ameaças.

Apoiamos sobremaneira o facto de a CE abordar novos desafios emergentes, como o direito a desligar e a transição verde e digital, bem como mencionar o papel crucial dos parceiros sociais na implementação destas iniciativas. No entanto, lamentamos particularmente a falta de medidas eficazes de combate aos riscos psicossociais na educação, tanto para docentes, como para não docentes. O setor educativo é, sem sombras de dúvidas, um dos setores mais expostos aos riscos psicossociais, cujo impacto se agravou ainda mais durante a crise da COVID-19.

Tal como a FNE comprovou nas suas recentes consultas nacionais, a saúde mental e o bem-estar dos profissionais da educação não têm preço. E uma escola de qualidade não poderá dispensá-los, para bem de todos nós, para bem de toda a sociedade em geral.



Tal como a FNE comprovou nas suas recentes consultas nacionais, a saúde mental e o bem-estar dos profissionais da educação não têm preço.

DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE JUNHO A 25 DE JULHO DE 2021

[Recomendação nº 1/2021-DR nº 123/2021,](#)
[Série II de 2021-06-28](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação
Recomendação sobre «A escola no pós-pandemia: desafios e estratégias».

[Portaria nº 135/2021--DR nº 124/2021,](#)
[Série I de 2021-06-29](#)

Finanças e Modernização do Estado e da Administração Pública

Fixa a compensação pecuniária temporária a atribuir aos trabalhadores abrangidos pelo programa de incentivos à fixação de trabalhadores do Estado no interior.

[Despacho nº 6368/2021-DR nº 124/2021,](#)
[Série II de 2021-06-29](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Homologa a eleição do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra.

[Portaria nº 138-A/2021-DR nº 125/2021,](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-06-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Procede à regulamentação da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei nº 36/2021, de 14 de junho.

[Despacho nº 6421/2021-DR nº 125/2021,](#)
[Série II de 2021-06-30](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Estabelece os limites para a fixação de vagas para os concursos especiais de acesso e ingresso para estudantes internacionais em instituições de ensino superior público para os anos letivos de 2021-2022 e 2022-2023.

[Despacho nº 6422/2021-DR nº 125/2021,](#)
[Série II de 2021-06-30](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Estabelece os limites para a fixação de vagas para os concursos especiais de acesso e ingresso para estudantes internacionais em estabelecimentos de ensino superior privado para os anos letivos 2021-2022 e 2022-2023.

[Despacho nº 6423/2021-DR nº 125/2021,](#)
[Série II de 2021-06-30](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 272/2009, de 1 de outubro, para acesso e ingresso no ensino superior, no ano letivo de 2021-2022, através dos regimes especiais.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 86-A/2021-DR nº 126/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-07-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

[Despacho nº 6497/2021-DR nº 127/2021,](#)
[Série II de 2021-07-02](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Estabelece, para o ano letivo de 2021/2022, as vagas para ingresso, nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado em cada par instituição/ciclo de estudos, através de concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior e dos concursos de mudança de curso e de transferência para o 1.º ano curricular.

[Deliberação nº 691-A/2021](#)
[DR nº 128/2021,](#)

[1º Suplemento, Série II de 2021-07-05](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Estabelece regras quanto à utilização de exames finais nacionais do ensino secundário, realizados na 2.ª fase de exames do ano letivo 2020-2021, na candidatura ao ensino superior de 2021-2022.

[Despacho nº 6605-A/2021-DR nº 129/2021,](#)
[1º Suplemento, Série II de 2021-07-06](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Procede à definição dos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 90/2021-DR nº 130/2021,](#)
[Série I de 2021-07-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano 21|23 Escola+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens.

[Despacho nº 6686/2021-DR nº 131/2021,](#)
[Série II de 2021-07-08](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Aprova o calendário da candidatura aos concursos especiais para titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados para a matrícula e inscrição no ano letivo de 2021-2022 em instituições de ensino superior públicas.

[Portaria nº 142-A/2021-DR nº 131/2021,](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-07-08](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Define os requisitos de candidatura para acesso e ingresso em instituições de ensino superior portuguesas no ano letivo 2021-2022 por parte de candidatos emigrantes portugueses, familiares que com eles residam e lusodescendentes.

[Despacho nº 6726-A/2021-](#)
[DR nº 131/2021,](#)

[1º Suplemento, Série II de 2021-07-08](#)

Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação

Aprova os calendários, para o ano letivo de 2021-2022, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário.

[Declaração de Retificação nº 22/2021](#)
[DR nº 132/2021, Série I de 2021-07-09](#)

Assembleia da República

Retifica a Lei nº 36/2021, de 14 de junho - «Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública».

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 91/2021-DR nº 132/2021,](#)
[Série I de 2021-07-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o projeto-piloto «Integrar Valoriza».

[Decreto-Lei nº 56-C/2021-DR nº 132/2021,](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-07-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta.



[Resolução do Conselho de Ministros nº 91-A/2021-DR nº 132/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

[Lei nº 46/2021-DR nº 134/2021, Série I de 2021-07-13](#)

Assembleia da República
Concurso de vinculação extraordinária de docentes das componentes técnico-artísticas do ensino artístico especializado para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, nos estabelecimentos públicos de ensino.

[Aviso nº 13212/2021-DR nº 135/2021, Série II de 2021-07-14](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior
Torna pública a data em que se tornou efetiva a transmissão da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias da União das Misericórdias Portuguesas, para a C.E.U. - Cooperativa de Ensino Universitário, C. R. L.

[Regulamento nº 643/2021 DR nº 135/2021, Série II de 2021-07-14](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.
Primeira alteração ao Regulamento de Bolsas de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

[Recomendação nº 2/2021-DR nº 135/2021, Série II de 2021-07-14](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação
Recomendação sobre «A voz das crianças e dos jovens na educação escolar».

[Resolução do Conselho de Ministros nº 92-A/2021-DR nº 136/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

[Declaração de Retificação nº 24-A/2021 DR nº 137/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Resolução do Conselho de Ministros nº 92-A/2021, de 15 de julho, que altera as medidas aplicáveis em situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 96-A/2021-DR nº 141/2021](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

[Lei nº 47/2021-DR nº 142/2021, Série I de 2021-07-23](#)

Assembleia da República
Revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário.

[Acórdão do Tribunal Constitucional nº 474/2021-DR nº 142/2021](#)

Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos nºs 1 e 3 do artigo 12.º da Lei nº 38/2018, de 7 de agosto (Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa).

[Despacho nº 7356/2021-DR nº 142/2021, Série II de 2021-07-23](#)

Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, da Secretária de Estado da Educação e do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto
Estabelece as normas de funcionamento do Desporto Escolar para o ano letivo de 2021-2022.



Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique [aqui](#) para consultar os protocolos

+vantagens fne

Todos

fomos e somos

essenciais

educadores de infância
pais e encarregados de educação
formadores
professores de educação especial
coordenadores de departamento
psicólogos assistentes não docentes
técnicos especializados de formação
tutores operacionais
equipas multidisciplinares
diretores terapêutas
técnicos superiores profissionais alunos
investigadores professores de ensino superior
docentes assistentes técnicos
coordenadores de estabelecimento
técnicos especiais
técnicos de língua gestual
técnicos especializados